

EDITORIAL

Em nome da segurança das escolas e da comunidade

É um dado animador que, em meio a um processo eleitoral, com tudo o que ele tem de desvios e tensões, anuncie-se adesão total dos municípios cearenses ao programa Pre-vine, tocado pelo Ministério Público estadual e que tem como objetivo principal melhorar a proteção às escolas públicas e às comunidades nelas envolvidas, entre professores, alunos e servidores.

O quadro demonstra uma animadora disposição dos gestores públicos à frente das nossas 184 prefeituras de colocarem o interesse das pessoas acima de qualquer outro de natureza política ou ideológica.

A ideia do programa é tão básica

quanto necessária, diante de uma realidade em que a segurança das pessoas, ou falta dela, segue sendo uma das maiores preocupações dos cearenses. As escolas, de partida, ficam obrigadas a constituir uma Comissão de Proteção e Prevenção à Violência, cuja tarefa inicial deve ser a elaboração de um plano anual para mapear e enfrentar os problemas específicos da comunidade na qual a escola esteja inserida.

A coordenação do programa calcula que cerca de 6 mil unidades educacionais, públicas e particulares, estão integradas ao esforço de aperfeiçoar as condições de segurança da população a partir de uma melhoria no ambiente escolar.

Desde quando ele foi lançado, em

2022, é a primeira vez que a totalidade dos municípios cearenses se integra à ação, ganhando relevância maior o fato de estarmos em plena temporada eleitoral.

O que é de interesse de todos, especialmente quando a parcela infantil de nossa população está envolvida, precisa ser colocado como prioridade de todo governante e não há como pensar em resistência justificada, ou que se tente fazê-lo, por razões políticas ou ideológicas.

O otimismo apresentado por representantes do Ministério Público em encontro recente com representantes de prefeituras, na semana passada, é mais do que justificado.

Não há ambiente melhor para se discutir com a profundidade que o

problema da violência requer, temas como bullying, cyberbullying, gravidez na adolescência, violência de gênero e respeito à diversidade. Todos aparecem na raiz do quadro grave de insegurança que cerca a nossa sociedade, muitas vezes a partir de um núcleo familiar que precisa de um acompanhamento de Estado.

O resultado esperado é uma melhoria no desempenho escolar do aluno a partir da melhor proteção que lhe seja garantida nas escolas. Mesmo que seja apenas o restabelecimento de uma normalidade que, infelizmente, parecemos ter perdido, comemore-se o engajamento da totalidade dos municípios, e das prefeituras, no esforço de proteger quem precisa e merece. ■

OPOVO

FUNDADO EM 7 DE JANEIRO DE 1928
POR DEMÓCRITO ROCHA

PRESIDENTE INSTITUCIONAL & PUBLISHER
Luciana Dummar

PRESIDENTE-EXECUTIVO
João Dummar Neto

VICE-PRESIDENTE DE
TECNOLOGIA E NEGÓCIOS
Filipe Dummar

DIRETORES DE JORNALISMO
Ana Naddaf
Erick Guimarães

DIRETOR DE JORNALISMO E DO NEGÓCIO RÁDIOS
Marcos Tardin

DIRETOR DE NEGÓCIOS
Alexandre Medina Néri

DIRETORA DE PESSOAS & CULTURA
Cecília Eurides

DIRETOR INSTITUCIONAL
Cliff Villar

DIRETOR DE OPINIÃO
Guálter George

EDITORIALISTA-CHEFE
Plínio Bortolotti

CONSELHO EDITORIAL
Adisia Sá; Diataby Bezerra de Menezes;
Fausto Nilo; Francisco José de Lima Matos;
Lino Vilaventura; Manfredo Oliveira;
Plínio Bortolotti; Raimundo Padilha;
Roberto Macedo; Valdemar Menezes;
Wânia Cysne Dummar

DIRETORIA DE JORNALISMO

DIRETORES DE JORNALISMO
Ana Naddaf
Erick Guimarães

DIRETOR DE JORNALISMO E DO NEGÓCIO RÁDIOS
Marcos Tardin

EDITORES-CHEFES
André Bloc, Beatriz Cavalcante,
Chico Marinho, Clóvis Holanda,
Cristiane Frota, Érico Firmo, Fátima Sudário,
Gil Dicelli, Isabel Costa, Joelma Leal,
Lucas Mota, Tânia Alves e Thadeu Braga

EDITORES-ADJUNTOS
Alan Magno, Catalina Leite, Demitri Túlio,
Irina Cavalcante, Italo Coriolano, Júlia Duarte,
Júlio Caesar, Lucas Barbosa, Marcela Tosi,
Marcos Sampaio, Rubens Rodrigues e Sara Oliveira

EDITORA DE MÍDIAS SOCIAIS
Glenna Cherice

REDATORA DE CAPA E FAROL
Domitila Andrade

ASSESSORA DE COMUNICAÇÃO
Daniela Nogueira

OMBUDSMAN
João Marcelo Sena

EMPRESA JORNALÍSTICA O POVO S.A.
Av. Aguanambi, 282 - Joaquim Távora
CEP 60055-402 - Fortaleza - CE - PABX: 3254 1010
CNPJ: 07.222.565/0001-62
www.opovo.com.br

GALERIA DE PRESIDENTES



ATENDIMENTO
AO LEITOR E ASSINANTE
3254 1010
relacionamento@opovo.com.br

AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS: Agência Estado, Agência
France Press e Gazeta Esportiva

DISTRIBUIDOR EXCLUSIVO EM BRASÍLIA:
MÍDIA DISTRIBUIDORA DE JORNAIS LTDA - Aeroporto
Internacional de Brasília Pres. Juscelino Kubitschek;
Setor de Locadoras, lote nº 14, salas 03 e 04;
CEP: 71608-900 - Brasília/DF;
Telefone: (0XX61) 364 9900, Fax: (0XX61) 364 9901
E-mail: idiadistribuidora@grupomidia.com.br

PREÇO DO EXEMPLAR NO CEARÁ:
Segunda a domingo: R\$ 5,00
OUTROS ESTADOS DO NORDESTE:
Segunda a domingo: R\$ 8,00
OUTROS ESTADOS:
Segunda a domingo: R\$ 10,00
ASSINATURA ANUAL: R\$ 1.805,00



ARTIGOS

Quem ficou do outro lado?



Gal Kury
galkury@galkury.com

Professora e consultora de
Marketing. Colunista do **O POVO**

Estava dando aula quando uma aluna comentou que participava de um processo seletivo conduzido por inteligência artificial. Tudo por texto. Ela respondia, a IA devolvia perguntas genéricas tais como: “fale mais sobre isso”, “explique melhor aquilo”, e a conversa não avançava. Falta

va profundidade. Faltava alguém do outro lado. Fiquei pensando no que uma entrevista de emprego deveria ser. A empresa quer entender quem é o candidato, como pensa, como reage, se existe aderência à cultura. Mas o candidato também está entrevistando a empresa. O jeito como ela responde comunica cultura. Quem aparece ou não aparece, comunica cultura. Passar por um



Martonio Mont'Alverne
barreto@unifor.br

Professor universitário
e colunista do **O POVO**

O debate eleitoral brasileiro de 2026 exige atenção às investidas contra o sufrágio universal. Discursos que questionam o voto feminino, assim como a ideia de reservar a participação política aos proprietários, atingem o fundamento da democracia: a igualdade entre cidadãos. O perigo começa quando a exclusão passa a ser apresentada como solução para os resultados das urnas. Que “ideias incendiárias” sirvam apenas para enganar o debate, já se sabe. Mas o perigo mora

ao lado. Há manifestações documentadas contra o voto das mulheres e favor do “voto da família”, desde que o homem seja o

processo inteiro sem encontrar uma única pessoa já diz algo sobre a organização antes mesmo do primeiro dia.

A IA pode organizar currículos, agendar entrevistas, transcrever conversas, consolidar informações e reduzir trabalho operacional. O problema começa quando automatizamos justamente aquilo que precisava de escuta, contexto e julgamento.

Um relatório da Greenhouse de 2026 mostrou que 63% dos americanos pesquisados já haviam passado por entrevistas com IA; 38% disseram ter abandonado um processo desse tipo por falta de contato humano e critérios claros.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) chamou atenção para o chamado “paradoxo da automação”: usamos tecnologia para resolver problemas criados ou ampliados

O sufrágio universal em perigo

eleitor. A tentativa de proibição expressa do voto feminino substitui a cidadania individual pela representação familiar, e ameaça a autonomia política de seus integrantes. Condicionar o voto à propriedade significaria converter desigualdade econômica em exclusão jurídica.

Quem não possui patrimônio continuaria trabalhando, pagando tributos e obedecendo às leis, mas perderia o direito de participar da escolha de quem as elabora. A riqueza compraria, além de influência, a exclusividade da representação. A pobreza seria punida com silêncio político. Eliminar o voto feminino institucionalizaria a subordinação das mulheres. Nenhum marido ou chefe familiar pode substituir sua vontade. A família não dissolve a personalidade jurídica nem os direitos políticos de quem a integra.

A mulher que ninguém vê

Quando uma família recebe o diagnóstico de uma criança neurodivergente, toda uma estrutura é afetada. No centro dessa mudança, encontramos quase sempre uma mulher. É ela quem normalmente fica, marca as consultas, enfrenta longas filas na tentativa de terapias, aprende sobre direitos e tenta compreender comportamentos que o mundo insiste em dizer que é “falta de limites”.

É essa mulher que tem sua vida paralisada para viver a vida do filho, ela começa a desaparecer atrás da mãe e deixa de ser Maria, Ana ou qualquer que seja seu nome para sua identidade passar a ser definida pela necessidade de cuidar. Essa mulher está sempre à frente de tudo: verificando se o ambiente

terá barulho demais, gente demais... tudo como forma de proteção.

Winnicott fala do “holding”, que nada mais é do que um ambiente que oferece segurança, um lugar onde a criança se desenvolve a partir de uma experiência suficientemente segura, mas esquecemos que não existe ambiente suficientemente bom construído por uma pessoa que precisa ser suficientemente forte o tempo inteiro.

É preciso espaço para falar de exaustão sem culpa ou julgamento, onde exista o direito de sentir medo, tristeza, raiva e até vontade de fugir sem que isso diminua o amor por um filho. Penso que talvez o maior sofrimento dessas mulheres seja justamente o não se sentir autorizada a dizer tudo isso e todas essas experiências não são contraditórias, são apenas humanas.

Uma sociedade verdadeiramente inclusiva é onde consideramos necessidade de

pela própria automação. Em um dos exemplos citados, uma empresa queria identificar candidatos com “growth mindset”. O sistema procurava palavras como growth, development e learning nas respostas. Uma característica humana complexa acabou transformada em contagem de palavras.

Falamos cada vez mais de experiência, personalização, cultura e pessoas, enquanto, em alguns processos, retiramos as pessoas da equação.

Talvez a pergunta mais importante da era da inteligência artificial tenha mudado. Em vez de “o que a IA consegue fazer?”, deveríamos perguntar: “o que vale a pena deixar que ela faça?”.

E, se a tecnologia economiza tempo, o que estamos fazendo com o tempo humano que ela deveria liberar? ■

A Constituição de 1988 é inequívoca: assegura igualdade entre homens e mulheres e sufrágio universal, com igual valor do voto. O artigo 6º, § 4º, protege contra emendas tendentes à abolição do voto direto, secreto, universal e periódico. Nem uma vitória eleitoral autoriza destruir essas garantias. Quem isso defende, age contra a Constituição e a democracia.

O risco ultrapassa a aprovação dessas ideias. Sua repetição torna familiar o intolerável e prepara a aceitação de novas exclusões. O conjunto de fatos desta campanha apenas fortalece o que já se diz há tempos: a democracia não é uma conquista definitiva. Seus inimigos recorrem à mesma democracia para liquidá-la, com a consciência determinada de sua própria perversão. ■

descanso, escolas que dialogam com família, empresas que flexibilizam sem entender isso como concessão e família que se amplia para avós, irmãos, amigos e vizinhos, àquela que aparece quando o cotidiano pesa.

Do que essa família precisa para que essa criança possa se desenvolver? É a pergunta que precisa estar presente nas consultas, nas escolas, nas políticas públicas e nas conversas familiares. É preciso retirar dessa mulher uma responsabilidade que nunca deveria ter sido exclusivamente sua. Lembrar que por trás daquela mãe, existe uma mulher que sonha, que também precisa descansar, encontrar amigas e existir para além das necessidades do filho, pois cuidar de quem cuida é proteção à infância, onde nenhuma criança necessite que uma mãe desapareça de si mesma para conseguir existir plenamente aos nossos olhos. ■

PARA FALAR COM A GENTE

OMBUDSMAN
ombudsman@opovodigital.com

WHATSAPP
(85) 98893 9807

E-MAIL
opinioao@opovo.com.br

TELEFONES
(85) 3255 6104 ou 3255 6129